ATA NOVE

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezassete, pelas dezassete horas e vinte cinco minutos, na sala QAdois.três da Torre Sul do Instituto Superior Técnico, reuniram, em segunda chamada, os associados do Núcleo de Engenharia Biológica do Instituto Superior Técnico (NEBIST), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto UM – discussão e apreciação da ata da Assembleia Geral decorrida no dia dois de junho de dois mil e dezassete;

Ponto DOIS – discussão e apreciação da proposta de alteração do Regulamento Geral Interno do NEBIST;

Ponto TRÊS – apresentação, discussão e apreciação da criação e proposta de Regulamento da Comissão de Desenvolvimento do Mestrado Integrado de Engenharia Biológica;

Ponto QUATRO – apresentação, discussão e apreciação do Plano de Atividades e Orçamento do NEBIST para o mandato dois mil e dezassete/dois mil e dezoito;

Ponto CINCO – angariação de colaboradores para o mandato dois mil e dezassete/dois mil e dezoito;

Ponto SEIS – outros assuntos.

Antes do início dos trabalhos, chegou à Mesa uma proposta por parte da Direcção para alterar a ordem de trabalhos para:

Ponto UM – discussão e apreciação da ata da Assembleia Geral decorrida no dia dois de junho de dois mil e dezassete;

Ponto DOIS – discussão e apreciação da proposta de alteração do Regulamento Geral Interno do NEBIST;

Ponto TRÊS – angariação de colaboradores para o mandato dois mil e dezassete/dois mil e dezoito;

Ponto QUATRO – apresentação, discussão e apreciação da criação e proposta de Regulamento da Comissão de Desenvolvimento do Mestrado Integrado de Engenharia Biológica;

Ponto CINCO – apresentação, discussão e apreciação do Plano de Atividades e Orçamento do NEBIST para o mandato dois mil e dezassete/dois mil e dezoito;

Ponto SEIS – outros assuntos.

A proposta foi aceite com setenta e um votos a favor, zero votos contra e duas abstenções.

João Alcântara propôs a adição do ponto ‘Fixação do valor inicial e da jóia a pagar pelos associados’ à ordem de trabalhos, como ponto seis, passando o ponto ‘Outros Assuntos’ para ponto sete. A proposta foi aceite por unanimidade.

Dando início ao ponto um da ordem de trabalhos, João Alcântara leu a ata da Assembleia Geral de dia dois de junho de dois mil e dezassete. Após a leitura, Rodrigo Lourenço corrigiu no penúltimo parágrafo do documento a palavra “recessão” por “recepção”, e propôs que as expressões “NEB IST” passassem a “NEBIST”. O aluno Lourenço Cruz pediu a palavra à Mesa da Assembleia Geral para sugerir que em futuras atas não se termine com a frase “assinada nos termos

em vigor”, mas não se opôs a que a ata em discussão ficasse como estava escrita. Procedeu-se então à votação da ata, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. A ata foi aprovada com maioria absoluta.

Iniciou-se então o ponto dois da ordem de trabalhos, propondo-se inicialmente uma alteração no artigo treze, ponto um para ‘Apenas os associados inscritos no curso de Mestrado Integrado de Engenharia Biológica do Instituto Superior Técnico podem desempenhar funções nos Órgãos Sociais. Caso a situação curricular de um membro dos Órgãos Sociais seja alterada no decorrer o exercício do mandato a Assembleia Geral do NEBIST terá de decidir acerca da manutenção do mandato do mesmo.’. Lourenço Cruz pediu a palavra para comentar que a alteração não é necessária, pois legalmente é possível a Assembleia Geral ir contra o Regulamento caso tal seja necessário, e portanto a alteração proposta é supérflua. Sucintamente, Lourenço Cruz explicou também aos associados presentes qual era a diferença entre Estatutos e Regulamento Geral Interno de uma associação. Ana Costa pede a palavra, discordando de Lourenço Cruz e comentando que apesar da alteração poder ser redundante, torna o regulamento mais explícito para os alunos. João Simão concorda com Ana Costa.

João Alcântara toma a palavra e explica a Lourenço Cruz que, na sua opinião, a alteração é necessária para ser explícito aos associados do NEBIST o que acontece caso a situação surja, e assim caso surja alguma situação não serão necessários dez por cento dos associados do NEBIST. Lourenço Cruz argumenta que não é necessário dez por cento dos associados para alterar ou ignorar o Regulamento. Lourenço Cruz e João Alcântara discutem a aplicabilidade dos artigos 177.º e 178.º do Código Civil à situação, mais concretamente Lourenço Cruz expôs o conceito de anulabilidade e ambos argumentaram a sua aplicabilidade à situação. Rodrigo Lourenço pede a palavra, comentando que não vê nenhum problema em que esteja explícito no documento o que acontece no caso de um membro de Órgão Social do NEBIST sofrer uma alteração curricular durante o exercício do mandato, e que a alteração proposta não torna o documento de difícil leitura.

Ana Costa pede a palavra e comenta que apesar de a discussão gerada ser importante se deve continuar os trabalhos da Assembleia Geral para não prolongar a mesma mais do que o necessário.

José Pires pede a palavra para pedir esclarecimentos a Lourenço Cruz acerca dos pontos levantados por este.

João Alcântara propõe ainda outra alteração no artigo seis, adicionando um ponto inicial: “Os associados do NEBIST dividem-se em duas categorias: Membros e Sócios” e a passagem no restante documento de “associado(s)” para “sócio(s)” e de “associados e/ou membros” para “associados”. Ana Costa pede a palavra e pede a João Alcântara esclarecimentos sobre este pedido de alteração. João Alcântara explica informando que anteriormente se dividia associados do NEBIST em membros e associados o que poderia gerar confusão e assim passa a dividir-se em membros e sócios, de modo a ser mais claro e ir de encontro à nomenclatura existente nos estatutos.

João Alcântara propõe ainda outra alteração no artigo três, ponto dois, alínea b para onde se lia “(...) produto das quotizações fixadas pela Assembleia Geral” se passe a ler “(...) produto das quotizações e da jóia inicial fixadas pela Assembleia Geral”. Ricardo Mendes pede a palavra para perguntar qual será o valor da jóia inicial, ao que João Alcântara responde dizendo que tal será discutido no final da reunião, conforme descrito na ordem de trabalhos.

João Alcântara propõe a votação de todas as alterações em conjunto. Lourenço Cruz pede a palavra para pedir à Mesa que a votação seja feita separadamente: primeiro a primeira alteração

proposta e depois as restantes. Não havendo objecções, João Alcântara aceita a proposta de Lourenço Cruz. Foi posta a votação a primeira alteração, sendo esta aprovada por maioria absoluta com cinquenta e dois votos a favor, dois votos contra e vinte e uma abstenção. As restantes alterações foram posta a votação, sendo aprovadas por maioria absoluta, com cinquenta e nove votos a favor, zero votos contra e onze abstenções.

Dá-se então início ao ponto três da ordem de trabalhos, e João Alcântara convida a Direcção do NEBIST para fazer uma apresentação do mesmo e dos vários departamentos. Catarina Soares apresenta então o NEBIST, e os vários coordenadores apresentam os seus respectivos departamentos.

Deu-se início ao ponto quatro da ordem de trabalhos: Apresentação, discussão e apreciação da criação e proposta de Regulamento da Comissão de Desenvolvimento do Mestrado Integrado em Engenharia Biológica (CD MEBiol). João Jacinto passou a apresentar a CD MEBiol, lembrando o discutido na penúltima Assembleia Geral. João Jacinto pediu à Mesa para votar a criação da CD MEBiol, apresentando-se o Regulamento a seguir à mesma. Rodrigo Lourenço pediu a palavra para explicar que não se pode pedir à Mesa para passar à votação, uma vez que, para tal, é necessário apresentar à Assembleia o objectivo, a duração, competências e composição da mesma, alegando que não se sente confortável em votar a criação de uma comissão sem conhecer estes quatro pontos, considerando que são essenciais à formação da mesma. Posto isto, Rodrigo Lourenço disse ainda que não é competência da Assembleia aprovar o regulamento, pois a Assembleia não deu autoridade às pessoas para o redigirem, considerando que o exposto trata-se de um regulamento interno que é aprovado pelas pessoas que constituírem a comissão. Assim, considera que o documento não é passível de ser votado. Lourenço Cruz pediu a palavra para discordar do proferido por Rodrigo Lourenço, defendendo que a Assembleia pode votar na criação do grupo, fazendo distinção entre a votação da comissão e a votação da proposta de regulamento, considerando que este não é um regulamento interno, logo carece de aprovação da Assembleia. Rodrigo Lourenço riposta, continuando o debate, dizendo que não se sente confortável nem acha correcto a proposta apresentada, pois ainda não foi sequer aprovada a comissão, não se sabendo sequer quem vai fazer parte, pelo que não pode existir, previamente, um regulamento feito por pessoas exteriores à comissão. Lourenço Cruz voltou a pedir palavra para dizer que, sendo assim, a Assembleia devia votar a intenção da criação da comissão. João Alcântara intervém para concordar com Rodrigo Lourenço, reiterando que não faz sentido criar uma comissão antes que saiba o conteúdo dos pontos referidos pelo mesmo. Rodrigo Lourenço volta a pedir a palavra para re-afirmar a sua posição. Lourenço Cruz reitera que não há problema na criação da comissão. Miguel Marques pede a palavra para afirmar que não é intenção das pessoas que escreveram a proposta dividir as pessoas do NEBIST, dizendo que a comissão tem que ter definido os seus objectivos, competências, composição e duração e que estes estão definidos no regulamento. Termina dizendo que lhe faz sentido que haja uma votação da proposta da comissão como esta se encontra naquele momento. João Alcântara pede a palavra para concordar com Miguel Marques em tudo o que este disse, excepto na parte do regulamento da comissão, pois, na sua óptica, não deve haver votação do regulamento sem existir a comissão. Ana Pimentel pede a palavra para perguntar, se, caso se leia o regulamento, continua a existir problema. João Alcântara refere que essa não é a questão, mas sim que não há comissão criada, logo não pode existir regulamento da mesma. Simone Gorny pede a palavra para perguntar se podem ser apresentados os quatro pontos falados oralmente e, se de seguida, pode ser apresentada a proposta de regulamento. João Alcântara e Rodrigo Lourenço concordam e ressalvam que, os pontos não foram bem apresentados e esse é o problema. Marta Lopes da Costa pede a

palavra para dizer que é normal as pessoas não se sentirem confortáveis em algo que não conhecem e que, por isso, deve haver uma melhor apresentação dos quatro pontos. Rodrigo Lourenço pede a palavra para dizer que, se sente confortável, caso os 4 pontos por ele enumerados sejam redigidos. João Jacinto pergunta então a Rodrigo Lourenço se pode ler estes quatro pontos directamente do documento e se assim se resolve o debate. Rodrigo Lourenço aceita desde que os 4 pontos fiquem em acta. João Jacinto inicia por apresentar a finalidade, transcrita de seguida:

“A CD MEBiol tem como finalidade servir os alunos do Mestrado Integrado em Engenharia Biológica do Instituto Superior Técnico, atuando como plataforma de diálogo entre atuais e antigos alunos de forma a promover a partilha de opiniões e experiências entre os mesmos e, eventualmente, o Departamento de Bioengenharia.”

Rodrigo Lourenço refere que não está claro o objectivo, mas aceita que se prossiga para a composição. João Jacinto apresenta a composição, transcrita:

“

1. A CD MEBiol é constituída pelos seguintes elementos:
 - a. Um Moderador, a ser eleito em Assembleia Geral de Alunos mediante candidatura individual apresentada nessa mesma Assembleia, que moderará com voto de desempate, e que não pode desempenhar a função de Delegado de Ano ou ocupar cargo num Órgão Social do NEB IST;
 - b. Um Observador, a designar pela Direção do NEB IST, que secretariará sem direito a voto;
 - c. Dois representantes de cada ano.
2. Um dos representantes de cada ano será o Delegado desse mesmo ano, caso este aceite ocupar o cargo.
3. Os representantes de cada ano que não ocupem o cargo por serem Delegados de Ano são eleitos em Assembleia Geral de Alunos no início de cada ano letivo, mediante ato voluntário com apresentação dos seus motivos nessa mesma Assembleia Geral.

“

Rodrigo Lourenço diz que, de seguida, se deve apresentar a duração. João Jacinto informa que a comissão tem duração indeterminada. Rodrigo Lourenço pede para acrescentar o tempo de mandato. João Jacinto diz que referiu ao longo do discurso o modo de eleger, reforçando que a comissão será eleita por períodos de um ano letivo, pelo que, estão cobertos os 4 pontos pedidos inicialmente por Rodrigo Lourenço. João Alcântara pede a palavra para discutir a finalidade, pois na sua opinião, não é explícita ao que se refere “...a partilha de opiniões e experiências...”, propondo acrescentar à frase anterior “...sobre o curso...”. Ana Lopes da Costa pede a palavra para perguntar aos associados do primeiro ano se estão a perceber qual a ideia por trás da proposta de criação da comissão. Após resposta negativa, passou a explicar melhor a ideia deixando claro que são estes que vão usufruir do trabalho da comissão proposta e que dada a natureza da mesma, reforça a importância da discussão e da seriedade do regulamento. Miguel Marques e João Simão completam a explicação dada por Ana Lopes da Costa. Catarina Soares pede que a parte referente aos membros seja melhor explicada. João Jacinto mostra o artigo referente aos membros e explica as ideias por trás da sua escrita. Catarina Soares refere que não concorda com o facto do Observador não ter direito a voto. João Jacinto e Lourenço Cruz defendem o facto do Observador não ter voto, dizendo que a razão pelo qual o observador não vota prende-se com o facto de este ser o único membro

alocado que não é eleito. João Alcântara defende que, uma vez que a Direcção do NEBIST é eleita, o Observador representa um órgão eleito. Miguel Marques e Lourenço Cruz explicam melhor as suas razões. João Alcântara propõe que se vote apenas o facto do observador não ter voto. Lourenço Cruz e Miguel Marques pedem a palavra para dizer que tal não faz sentido e que se devem votar os quatro pontos separadamente. João Alcântara diz que aceita, contudo Ana Lopes da Costa pede a palavra para pedir que o processo seja acelerado e que, primeiramente, deve ser votada a intenção da criação e que não se deve perder tempo na discussão corrente. João Alcântara propõe então que, para resolver o impasse, seja votado o texto transcrito de seguida:

“

A CD MEBiol tem como finalidade servir os alunos do Mestrado Integrado em Engenharia Biológica do Instituto Superior Técnico, atuando como plataforma de diálogo entre atuais e antigos alunos de forma a promover a partilha de opiniões e experiências entre os mesmos relativamente ao curso e, eventualmente, o Departamento de Bioengenharia e outros Órgãos de Gestão do Instituto Superior Técnico.

A CD MEBiol é constituída pelos seguintes elementos:

- Um Moderador, a ser eleito em Assembleia Geral de Alunos mediante candidatura individual apresentada nessa mesma Assembleia
- Um Observador
- Dois representantes de cada ano.

Um dos representantes de cada ano será o Delegado desse mesmo ano, caso este aceite ocupar o cargo.

A CD MEBiol é eleita por períodos de um ano, coincidentes com os períodos letivos.

“

Miguel Marques pediu a palavra para dizerem que não se sente confortável com a votação, dizendo que não concorda com a maneira como os trabalhos foram conduzidos e que se sente vítima de má-fé. Rodrigo Lourenço defende que não é má-fé e que pede para se prosseguir com a votação. João Alcântara avançou com a votação. Foi votada a criação da Comissão de Desenvolvimento de MEBiol, com o texto transcrito acima. A proposta foi aprovada com trinta e oito votos a favor, um voto contra e sete abstenções.

Pedro Garvão Pereira pediu a palavra para dizer que não se sentiu confortável ao longo da discussão, pois houve acusações e o tom não foi correto e educado. Pediu para que os associados tivessem atenção a estes pormenores dali para a frente.

Proseguiu-se a discussão, sendo que Ana Lopes da Costa interrompeu para perguntar aos proponentes do regulamento, se a votação do documento poderia passar para a próxima Assembleia Geral. Ana Lopes da Costa e também Marta Lopes da Costa, Catarina Santos, Beatriz Almeida e João Simão concordaram entre si, expondo como razões para adiar a votação, o facto de as pessoas estarem de “cabeça quente” e haver pouca representatividade. Rodrigo Lourenço pediu que ficasse em ata o nome de todos os proponentes. Os proponentes do documento apresentado foram: João Jacinto, Miguel Marques, Diogo Abreu, Lourenço Cruz, Ana Pimentel, Pedro Silva, Pedro Garvão Pereira e Joana Fonseca. Rodrigo Lourenço pediu ainda desculpa se alguma vez levantou o tom ou se tratou mal alguém. Acaba dizendo que concorda com a passagem para a próxima AG, insistindo na divulgação, para existir a maior representatividade possível. Pediu ainda que a apresentação e eleição dos membros da comissão fosse feita na mesma AG. Lourenço Cruz concordou, com a ressalva que é necessária uma alteração à proposta de regulamento. Rodrigo Lourenço concordou e ficou decidido pela AG que este ponto passasse para a próxima Assembleia Geral. Concluiu-se a

discussão com João Jacinto a pedir desculpa a todos os presentes pela forma como o processo foi conduzido, e a dar os parabéns aos alunos de primeiro ano que permaneceram até ao fim. Concluiu pedindo a todos os presentes que reforçem nos seus anos a importância da discussão desta comissão e do regulamento da mesma, apelando para que compareçam na próxima Assembleia Geral.

Iniciou-se então o ponto cinco, com João Alcântara a convidar um representante da Direção do NEBIST para apresentar o Plano de Atividades e Contas para o ano letivo dois mil e dezassete/dois mil e dezoito. Catarina Soares apresenta então o Plano de Atividades mencionado. Ana Pimentel pede a palavra para pedir o esclarecimento do valor dos prémios nas Olimpíadas do Sul e Catarina Soares esclarece. Ana Costa pede também o esclarecimento do que são bens consumíveis e, mais uma vez, Catarina Soares esclarece. Procedeu-se então à votação do documento tendo este sido aprovado por maioria absoluta, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e seis abstenções.

Deu-se então início ao ponto seis com João Alcântara a pedir a fixação do valor da jóia inicial e das quotizações em zero euros. João Alcântara informa que, por esquecimento, não leu o parecer enviado pelo Conselho Fiscal relativo ao Plano de Atividades e Contas para o ano letivo dois mil e dezassete/dois mil e dezoito. João Alcântara informa que o parecer foi favorável ao documento, perguntando aos presentes se alguém quer repetir a votação, não havendo qualquer intervenção nesse sentido, retornou-se ao ponto seis. A proposta relativa à fixação do valor da jóia foi aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto sete, Ana Pimentel pede a palavra para pedir a convocação da próxima Assembleia Geral com celeridade e pede que os proponentes da reunião sejam informados com antecedência para poderem estar presentes.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a Assembleia Geral pelas dezanove horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada nos termos em vigor.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(João Medeiros Garcia Alcântara)

O primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral,

(João Miguel Gimenez Jacinto)

O segundo Secretário da Mesa da Assembleia Geral,

(Diogo Alexandre dos Santos Abreu)